



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Regulamento Específico

Eixo 1 - Alínea g)

Ações de educação não formal em português como língua estrangeira, com exame final realizado por entidade certificada

1. Enquadramento

Sendo reconhecida a importância da educação não formal em contexto nacional e comunitário como parte essencial do processo educativo e considerando que a mesma é vista como complementar e não contraditória ou alternativa à educação formal, pretende-se que as ações de educação não formal de aprendizagem da língua portuguesa, consubstanciadas num conjunto de práticas e metodologias pedagógicas, permitam a aprendizagem da língua portuguesa pelos cidadãos e cidadãs imigrantes.

Em Portugal, são várias as práticas educativas de educação não formal levadas a cabo, sendo que na sua maioria são desenvolvidas por entidades da sociedade civil. Neste sentido, a necessidade de implementar ações de educação não formal de aprendizagem da língua portuguesa nas associações de imigrantes advém do facto da educação não formal assentar num paradigma de aprendizagem ao longo da vida, sendo que os objetivos subjacentes a estas ações têm por suporte a prossecução da integração e/ou inserção social e profissional.

Inclui-se, assim, no âmbito do PAAI 2013, uma alínea específica para ações de educação não formal de aprendizagem da Língua Portuguesa.

Pretende-se que as ações desenvolvidas pelas Associações de Imigrantes no domínio da aprendizagem da Língua Portuguesa, por via da educação não formal, constituam uma resposta adaptada às necessidades específicas das comunidades imigrantes em que intervêm, nomeadamente no que diz respeito aos níveis de conhecimento, proficiência linguística e ritmos de aprendizagem.

2. Objetivo

A alínea "*Ações de educação não formal em português como língua estrangeira, com exame final realizado por entidade certificada*", tem como objetivo apoiar iniciativas que visem a aquisição, por parte dos adultos, de competências no domínio da língua portuguesa e permitir a sua posterior certificação ao nível A2 – Utilizador Elementar¹, tendo em vista a sua melhor integração na sociedade portuguesa.

¹ De acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

3. Destinatários

Os destinatários das iniciativas abrangidas por esta alínea são cidadãos imigrantes adultos.

4. Organização e Implementação

A organização curricular é estabelecida pela associação em função das características do grupo alvo, sendo que a duração total das acções deverá estar compreendida entre 150h e 250h.

A Associação deverá garantir um número mínimo de 18 participantes.

No âmbito do projeto a implementar, está sempre presente como objetivo final a certificação dos participantes ao nível A2 – Utilizador Elementar.

À Associação cabe o papel de implementar e executar as ações de educação não formal, sendo que a certificação será da responsabilidade de entidades competentes e reconhecidas para o efeito

4.1. Certificação

A frequência nas ações não confere o direito à emissão de qualquer certificado de qualificação.

A associação, para certificar os conhecimentos obtidos em língua portuguesa, deverá submeter os participantes das ações aos exames do Sistema de Certificação e Avaliação do Português Língua Estrangeira, nos centros de exames respetivos ou em estabelecimentos reconhecidos nos termos legais.

A associação terá que garantir um número mínimo de 10 certificações.

Caso a Associação não consiga cumprir com o n.º mínimo de certificações acima estipulado, não poderá candidatar-se a esta alínea no(s) ano(s) seguinte(s).

4.2. Recursos

Cabe às associações:

- Garantir um espaço próprio, ou de entidades parceiras locais, que reúna as condições necessárias para o desenvolvimento das ações;
- Disponibilizar os recursos técnicos e pedagógicos adequados à educação não formal, ao sistema de aprendizagem e ao público-alvo;
- Recrutar um formador/educador responsável pela dinamização das ações, de acordo com o perfil descrito no ponto 4.3.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

4.3. Perfil dos Formadores/Educadores

- Licenciado(a) na área do ensino do português e suas variantes, preferencialmente com experiência de trabalho com públicos imigrantes.

5. Custos Elegíveis

- a) "Recursos Humanos": encargo com as remunerações e correspondentes encargos sociais obrigatórios e subsídio de alimentação do pessoal contratado para o projeto, bem como os encargos com os honorários relativos a serviços prestados por profissionais independentes no âmbito da realização da atividade;
- b) "Aquisição de Bens e Serviços": encargos decorrentes da aquisição de bens e serviços a terceiros no âmbito da realização da atividade;
- c) "Gastos Gerais de Funcionamento": encargos decorrentes de despesas correntes com material de escritório e outros consumíveis, bens não duradouros, comunicações, água, gás e eletricidade.

O montante máximo atribuído para as atividades enquadradas nesta alínea do PAAI 2013, será de 3.000€.

O montante máximo que o ACIDI, I.P. poderá financiar para o formador será de 20€/hora².

O valor dos exames será assegurado pelo ACIDI, I.P., em moldes a definir posteriormente, e não está incluído no teto máximo a que a Associação se pode candidatar (22.500€ para os anuais e 5.000€ para os pontuais).

6. Regras Aplicáveis

Excetuando as especificidades constantes deste regulamento, aplicam-se à alínea g), do Eixo 1, do PAAI 2013, as regras constantes do Manual de Procedimentos – Candidaturas PAAI 2013.

² Valor de referência de acordo com a alínea b) do número 3 do artigo 16.º do Despacho Normativo n.º 12/2012 de 21 de maio.